





Maternidade escola Januário Cicco,  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte, UFRN. Foto de Regina Barros.



A cooperação internacional e o diálogo Brasil-Espanha:  
o acordo Capes-DGU e sua importância

International cooperation and the Brazil-Spain dialogue:  
the Capes-DGU Project and its importance

La cooperación internacional y el diálogo Brasil-España:  
el acuerdo Capes-DGU y su importancia

Flávio Sacco dos Anjos, doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas e pesquisador II do CNPq. Endereço: UFPel/DCSA, campus universitário s/n° - Pelotas, RS. CEP: 96010-970. E-mail: fsacco2000@yahoo.com.br.

Nádia Velleda Caldas, mestre em Ciências, doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola da Universidade Federal de Pelotas e bolsista do CNPq e da Capes (doutorado sanduíche realizado na Universidade de Sevilla). Endereço: UFPel/DCSA, campus universitário s/n° - Pelotas, RS. CEP: 96010-970. E-mail: velleda.nadia@gmail.com.

Mário Duarte Canever, doutor em Administração, professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, docente permanente do Programa de Pós Graduação em Organizações e Mercados da Universidade Federal de Pelotas. Endereço: UFPel/DCSA, campus universitário s/n° - Pelotas, RS. CEP: 96010-970. E-mail: canever@ufpel.tche.br.

## Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir os alcances da cooperação internacional entre Brasil e Espanha, com base na experiência do Programa Capes-DGU (edição 2009-2010). Os autores destacam a importância desse tipo de iniciativa para atingir a internacionalização

dos programas de pós-graduação, qualificar os processos de formação acadêmica e profissional e incrementar a produção científica dos pesquisadores envolvidos.

**Palavras-chave:** Cooperação Internacional. Cooperação Brasil-Espanha. Programa Capes-DGU.

### **Abstract**

The aim of this work is to discuss the scope of international cooperation between Brazil and Spain, based on the experience of Capes DGU Program (2009-2010 Edition). The authors underline the importance of this kind of initiative to achieve the internationalization of the graduate programs, to qualify the process of academic formation and professional education and to increase the scientific production of the researchers.

**Keywords:** International Cooperation. Brazil-Spain Cooperation. Capes-DGU Program.

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo es discutir los alcances de la cooperación internacional entre Brasil y España con base en la experiencia del Programa Capes-DGU (edición 2009-2010). Los autores destacan la importancia de ese tipo de iniciativa para alcanzar la internacionalización de los programas de posgrado, calificar los procesos de formación académica y profesional e incrementar la producción científica de los investigadores involucrados.

**Palabras clave:** Cooperación Internacional. Cooperación Brasil-España. Programa Capes-DGU.



## Introdução

Os últimos 10 anos coincidem com uma ampliação nas relações existentes entre Brasil e Espanha nos planos científico e acadêmico. Este país europeu vem acolhendo um número crescente de doutorandos interessados em desenvolver seus projetos de formação em meio a uma realidade que desvela as profundas transformações ali operadas após o ingresso na então Comunidade Econômica Europeia, em 1985. Esse fato supôs um verdadeiro divisor de águas na história espanhola, sendo o desenvolvimento científico e tecnológico uma consequência natural desse quadro de mudanças.

O propósito deste artigo é o de realizar uma aproximação ao contexto dos processos de cooperação hispano-brasileira, tendo como substrato de análise o caso do acordo existente entre a Capes e a Direção Geral de Universidades da Espanha (doravante Acordo Capes-DGU). A reflexão aqui proposta toma por base um conjunto de experiências vivenciadas pelos autores ao longo dos dois últimos anos (2009-2010) de vigência de um projeto desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas<sup>1</sup> e pelo Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha, sob a égide do aludido Acordo Capes-DGU. Nossa intenção não é a de realizar uma descrição de particularidades que afetam o escopo do projeto de cooperação que desenvolvemos, tarefa que seria pouco relevante para os objetivos de uma revista que elegeu a cooperação internacional como um dos objetos de abordagem e de divulgação científica.

Com efeito, trata-se aqui de buscar um espaço de interlocução acerca dos limites e das possibilidades da cooperação internacional a partir de uma realidade e de um contexto claramente definidos. Ainda que bastante limitada, trata-se de uma tarefa que se justifica, do nosso ponto de vista, não somente pelos investimentos feitos pelas agências nacionais de fomento à pesquisa científica como, sobretudo, pelas possibilidades que se abrem ao aperfeiçoamento dos acordos de cooperação atualmente vigentes com esse e com diversos países do mundo.

Além desta primeira seção, o trabalho se divide em quatro outras partes. A segunda expõe alguns dados gerais sobre o sistema

<sup>1</sup> Essa iniciativa de cooperação contou ainda com a participação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

universitário espanhol, ao passo que a terceira expõe informações preliminares sobre o Acordo Capes-DGU, relativas à edição 2009-2010 desse programa. A quarta analisa a cooperação com a Espanha do ponto de vista dos desafios, alcances e das possibilidades desse processo e à luz da experiência dos autores. A quinta e última seção reúne algumas considerações e recomendações que, no nosso entendimento, tornam-se fundamentais para aperfeiçoar iniciativas de cooperação e intercâmbio desse gênero.

## **O sistema universitário espanhol**

A Espanha é uma monarquia parlamentar com 46,5 milhões de habitantes e que ocupa a nona posição mundial em termos de Produto Interior Bruto. Atualmente se apresenta como um “Estado de autonomias”, dado que se trata de um país unitário, mas que funciona como uma federação descentralizada, que abarca 17 comunidades autônomas e duas cidades autônomas (Ceuta e Melilla), que ostentam distintos graus de autogoverno, como resultado de um processo de transferência de competências no âmbito da educação, saúde, segurança pública e do financiamento, que se iniciou em 1978 a partir da promulgação da constituição espanhola.

No âmbito da educação, a Espanha atual reflete um quadro extremamente complexo, em que interagem vetores políticos de distintas grandezas e esferas de atuação, que vão desde o marco europeu, passando pelo governo central, até o plano das autonomias, em um contexto em que se alternam ciclos de maior ou menor exacerbação dos ideais nacionalistas. Nesse contexto, a dinâmica atual das instituições universitárias representa a expressão cristalina do jogo de interesses prevaletentes, invariavelmente conflitantes ou não exatamente convergentes entre si.

A consolidação de um espaço europeu de ensino superior serve de exemplo ilustrativo desse cenário, dentro do que ficou conhecido como processo de implantação, ainda em curso, do chamado Plano Bolonha. Em linhas gerais, trata-se de erigir um sistema comum de gestão da qualidade para as universidades europeias e que tem como um de seus eixos principais a unificação dos tempos de titulação e as adaptações curriculares.

A implantação do Plano Bolonha divide defensores e detratores desse tipo de estratégia, que tanto pode ser visto como instrumento de reafirmação da construção da Europa unificada como de uma brutal ingerência no funcionamento de tradicionais instituições universitárias. De todo os modos, parece clara a necessidade de alcançar um consenso, por alguns (MATEOS, 2009) referido como um verdadeiro “pacto de Estado”, que articule em torno de si as administrações autonômicas e o governo central, particularmente no que toca ao financiamento para a implantação das aludidas reformas.

Atualmente, o sistema universitário espanhol é composto por 77 universidades (50 públicas e 27 privadas), sendo que cinco estão configuradas como não presenciais, havendo ainda duas universidades especiais (Universidade Internacional Menéndez Pelayo e Universidade Internacional de Andaluzia), que apenas ministram programas especializados de pós-graduação (master e doutorado).

O referido processo de transferência de competências às comunidades autônomas fez com que duplicasse o número de universidades nos últimos 10 anos. Segundo dados oficiais (ESPANHA, 2009), no ano letivo 2008-2009 o sistema universitário espanhol abarcava um universo de 1.504.276 estudantes, incluindo 49.799 de master oficial e 77.249 de doutorado.

Entretanto, na última década produziu-se uma redução (13,1%) no número de estudantes como resultado do declínio populacional, cujos efeitos fizeram-se sentir sobre a principal faixa etária da população universitária (jovens entre 18 e 24 anos de idade)<sup>2</sup>. A taxa de escolarização universitária alcança 23,8% de um universo de 3,662 milhões de jovens com idade compreendida entre 18 e 24 anos, distribuídos em uma proporção correspondente a, respectivamente, 89% e 11% em universidades públicas e privadas. No biênio 2008-2009, havia, nesse país, 1.738 masters oficiais (81,5% de universidades públicas e 18,5% de universidades privadas), com 49.799 estudantes matriculados, além de 1.235 programas oficiais de doutorado, com 77.249 estudantes matriculados (94,8% deles em universidades públicas).

Nessa mesma data, o número de estudantes estrangeiros atingiu 65.581 pessoas, um incremento de 15,8% em relação ao ano

<sup>2</sup> Com respeito a essa faixa etária, o percentual de redução alcança 18,3% na última década ou 2% se consideramos apenas o último ano estudantil analisado (2008-2009).



letivo anterior. Do total de estudantes estrangeiros, 47,9% procediam da América Latina e do Caribe; 29,6% da União Europeia; 8,3% da África setentrional; 5,9% do resto da Europa; 4,6% da Ásia e Oceania; 2,2% do resto da África; e apenas 1,5% de Estados Unidos e Canadá. Os estudantes da América Latina e do Caribe, dos Estados Unidos e do Canadá e da Ásia e Oceania buscam uma formação mais especializada por meio dos programas de master e doutorado.

Além disso, no biênio 2008-2009 havia na Espanha 11.392 estudantes estrangeiros matriculados em masters oficiais e 16.959 em doutorados. Outro dado interessante é que em 2008 foram defendidas na Espanha 7.778 teses doutorais, sendo 19,5% elaboradas por estudantes estrangeiros, dos que 69,2% eram procedentes da América Latina e do Caribe e apenas 21,3% da União Europeia ampliada (27 países). Ressalta-se que a Catalunha é a comunidade autônoma espanhola que mais recebe estudantes estrangeiros (7,3%) em seus cursos presenciais, seguida de Madri (5,8%).

Não obstante, a mesma fonte revela que o convênio hispano-brasileiro contou, em 2008, com a participação de apenas 53 professores no transcurso de um edital que alcançou escassos 200 mil euros destinados a apoiar projetos centrados no que denominam Ciências da Vida (Bioquímica, Biologia, Genética, Microbiologia etc.) e Engenharia-Tecnologia, com respectivamente 37,7% e 35,8% dos recursos disponibilizados a cada uma dessas grandes áreas.

A ampliação de parcerias estratégicas com o Brasil é vista como consequência natural do incremento da importância econômica e política de um país que se apresenta, ante o resto do mundo, como potência emergente, para o qual as atenções estão postas, em meio à crise e estagnação que atinge os países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>3</sup>, precisamente o caso da Espanha. Para os efeitos do presente artigo, essa questão será aprofundada posteriormente.

## **O Acordo CAPES-DGU**

O Acordo Capes-DGU existe desde 2001, com base em protocolo firmado pelo Ministério da Educação brasileiro e pelo

Ministério de Educação e Ciências da Espanha, tendo como objetivo a formação de recursos humanos de alto nível, em ambos os países e em áreas consideradas prioritárias (ciências econômicas, educação, matemática, ciências biológicas, meio ambiente, ciências do mar, tecnologia, tecnologia de alimentos, química, psicologia, agricultura e controle de pragas e ciências do esporte), bem como o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e espanhóis vinculados a programas de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior (CAPES, 2009).

A Capes e a Direção Geral de Universidades da Espanha consistem nas entidades responsáveis pelo programa, que preconiza, objetivamente, o intercâmbio de doutorandos, o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores e o estímulo à cooperação binacional em rede, mediante concessão de bolsas de estudo e de apoio financeiro para diárias, aquisição de passagens aéreas para docentes e despesas de consumo, além de apoio para a organização de seminários, workshops e outras atividades binacionais que possam contribuir para o intercâmbio de conhecimento entre os parceiros. A duração prevista do projeto é de dois anos, podendo ser prorrogada por igual período a critério das agências financiadoras (CAPES, 2009).

Entre as modalidades de apoio constam as missões de trabalho e as missões de estudo. As missões de trabalho (duas no máximo para cada ano) consistem em viagens de membros da equipe do projeto, com duração de no mínimo 15 e no máximo 30 dias. Já as missões de estudo (máximo de duas por ano) envolvem doutorados-sanduíche (mínimo de quatro meses e máximo de 12) e estágios pós-doutorais (mínimo de três e máximo de 12 meses).

O edital 2008/2009 elegeu 30 propostas a serem beneficiadas no biênio 2009-2011. Os dados da Tabela 1 mostram a distribuição dos projetos aprovados segundo a unidade federativa brasileira em que se situa o programa de pós-graduação responsável por sua execução. O destaque fica a cargo de São Paulo, que sozinho abarca 40% dos projetos, seguido do Rio de Janeiro (30%) e do Rio Grande do Sul (10%). Desse modo, a região Sudeste do Brasil concentra nada menos que 77% dos projetos aprovados nesse edital.

**Tabela 1. Distribuição dos projetos aprovados Capes-DGU (2009), segundo unidades federativas brasileiras dos programas de pós-graduação executantes**

Unidade Federativa	Número de projetos	%
RN	01	3,3
MS	01	3,3
MG	02	6,7
RJ	09	30,0
SP	12	40,0
PR	02	6,7
RS	03	10,0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizados pela Capes (2009).

Como mostra a Tabela 2, o edital Capes-DGU 2009 contemplou 17 programas de pós-graduação, sendo seis deles (20% do total) pertencentes à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cinco (16,7%) à Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), quatro (13,3%) à Universidade de São Paulo (USP), dois (6,7%) à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e dois (6,7%) à Universidade Estadual de Maringá. O restante inclui um projeto para cada um dos programas contemplados.

**Tabela 2. Distribuição dos projetos segundo a instituição de ensino superior que abriga o programa de pós-graduação executante**

Universidade	Nº de projetos
Universidade Federal do Rio de Janeiro	06
Universidade Estadual de São Paulo	05
Universidade de São Paulo	04
Universidade Estadual de Campinas	02
Universidade Estadual de Maringá	02
Universidade Federal de São Carlos	01
Universidade Federal de Ouro Preto	01
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01
Universidade Federal de Lavras	01
Universidade Federal do Semi-Árido	01
Universidade Federal Mato Grosso do Sul	01

Universidade	Nº de projetos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	01
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01
Universidade Federal de Pelotas	01
Fundação Oswaldo Cruz	01
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizados pela Capes (2009).

Pelo lado espanhol, constata-se, como indica a Tabela 3, que a Catalunha e Valência concentram o maior número de projetos (26,7% cada), seguidas da Andaluzia (16,7%) e de Madri (13,3%).

### **Tabela 3. Distribuição dos projetos aprovados pelo Capes-DGU (2009) segundo comunidades autônomas dos programas de pós-graduação executantes**

Comunidade Autônoma	Número de projetos	%
Andaluzia	05	16,7
Ilhas Canárias	02	6,7
Castilha La Mancha	01	3,3
Catalunha	08	26,7
Madri	04	13,3
Múrcia	01	3,3
Navarra	01	3,3
Valencia	08	26,7
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizados pela Capes (2009).

Os programas de pós-graduação espanhóis contemplados no marco do Acordo Capes-DGU 2009 distribuem-se em um universo de 20 universidades, tal como indica a Tabela 4, o que revela uma distribuição mais equilibrada que a verificada no lado brasileiro. As universidades de Barcelona e Valência possuem três projetos aprovados nesse edital.

**Tabela 4. Distribuição dos projetos segundo a instituição de ensino superior que abriga o programa de pós-graduação executante**

Universidade	Nº de projetos
Universidade Autônoma de Barcelona	2
Universidade de Barcelona	3
Universidade de Valência	3
Universidade Rovira i Virgili	2
Universidade Complutense de Madri	2
Universidade Politécnica de Valência	2
Universidade de las Palmas de Gran Canaria	1
Universidade de Alcalá	1
Universidade Nacional de Educação a Distância	1
Universidade de Navarra	1
Universidade Miguel Hernandez	1
Universidade Jaume I	1
Universidade Politécnica de Catalunha	1
Universidade de Castilha-La Mancha	1
Universidade de Múrcia	1
Universidade de Cádiz	1
Universidade de Granada	1
Universidade de Málaga	1
Universidade de Sevilha	1
Universidade Pablo de Olavide	1
<b>Total</b>	<b>30</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizados pela Capes (2009).

Outro dado que nos interessa destacar nessa abordagem tem a ver com a distribuição dos projetos segundo grandes áreas do conhecimento. Conforme se indica na Tabela 5, há um claro predomínio das Ciências Exatas e da Terra (33,3%), seguidas pelas Ciências Biológicas (23,4%) e Engenharias (20,0%). As Ciências Humanas e Ciências Agrárias concentram uma proporção equivalente a 6,7% dos projetos, ao passo que as áreas restantes (Ciências da Saúde, Linguística e Ciências Sociais Aplicadas) apresentam um único projeto aprovado.

**Tabela 5. Distribuição dos projetos contemplados segundo grandes áreas do conhecimento**

Grandes áreas do conhecimento	Nº de projetos	%
Ciências Exatas e da Terra	10	33,3
Ciências Biológicas	07	23,4
Engenharias	06	20,0
Ciências Humanas	02	6,7
Ciências Agrárias	02	6,7
Ciências da Saúde	01	3,3
Linguística	01	3,3
Ciências Sociais Aplicadas	01	3,3
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados disponibilizados pela Capes (2009).

As informações a que se teve acesso revelam um claro predomínio das áreas tecnológicas, que demandam, como é sabido, certas condições mínimas de infraestrutura (laboratórios, equipamentos etc.) que permitam o desenvolvimento dos projetos de uma forma adequada em ambos os lados do Oceano Atlântico.

### **Desafios e possibilidades da cooperação internacional**

A abordagem que aqui desenvolvemos está naturalmente condicionada pelas especificidades de um projeto de cooperação intitulado “As Indicações Geográficas como Estratégia de Desenvolvimento Territorial. A Experiência Espanhola e Brasileira”, levado a cabo pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas e pelo Doutorado em “Culturas e Identidades en las Sociedades Contemporáneas” do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha.

Em linhas gerais, tratava-se de estabelecer um espaço de interlocução acerca do potencial das indicações geográficas para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios rurais em ambos os contextos, terreno no qual a Espanha ineludivelmente apresenta uma condição privilegiada face à quantidade de figuras de proteção (denominações de origem e indicações geográficas protegidas, especialidades tradicionais garantidas) que emanam do marco legislativo



européu, do Estado espanhol e inclusive do plano autonômico, com ênfase no caso de produtos agroalimentares, como azeite de oliva, vinhos, queijos, *jamón*<sup>4</sup> e inclusive no âmbito de produtos frescos (frutas e legumes) amparados por políticas de apoio à diferenciação.

Trata-se de projeto de natureza socioantropológica, identificado com um tema no qual o Brasil apenas iniciou sua andadura, considerando que até o presente momento não dispõe de nenhuma denominação de origem nacional registrada<sup>5</sup>, possuindo tão somente indicações de procedência.

Cabe ressaltar que nosso propósito aqui não é o de abordar as singularidades do objeto desse projeto de cooperação<sup>6</sup>. Essa pequena digressão tão somente cumpre o propósito de destacar alguns aspectos que nos parecem fundamentais para empreender a discussão acerca dos desafios e das possibilidades dos processos de cooperação internacional, tomando por base o Acordo Capes-DGU, em sua edição 2008-2009.

As alusões de Nunes (2006), ao ressaltar o caso do acordo com a França (Capes-Cofecub), podem ser perfeitamente estendidas, no nosso entendimento, ao caso do Acordo Capes-DGU. Segundo o citado estudo, esse tipo de instrumento de cooperação internacional há que ser visto como um modelo de interação científica entre países, valorizado pela sua operacionalidade, baixo nível de burocratização, agilidade nos processos decisórios e autonomia das equipes científicas conveniadas.

Nesse sentido, coincidimos também com Sebastián (2002) quando afirma que recentemente houve uma evolução decisiva na visão que até então se dispunha acerca do papel da cooperação internacional por parte das instituições de ensino superior. Para esse autor, tal evolução traduz-se em uma indiscutível mudança de percepção. Assim, se antes se associava quase exclusivamente como fonte de financiamento externa, posteriormente é vista como elemento intrínseco e estratégico para o fortalecimento institucional, ademais de um instrumento crucial para alcançar a internacionalização dos sistemas de educação superior.

Não cabe dúvida de que os desdobramentos das iniciativas de cooperação são amplos e não podem ser avaliados desde um único

<sup>4</sup> Corresponde à carne do suíno (raça ibérica ou outras raças) salgada, desidratada e curada nos chamados *se-caderos*.

ponto de vista. A formação de recursos humanos qualificados, de novas redes de pesquisa, o incremento na produção científica bilateral e o aperfeiçoamento dos instrumentos de investigação científica figuram em destaque como benefícios diretos desse processo.

Não obstante, não se podem menosprezar os impactos indiretos advindos do aprofundamento desse diálogo. Referimo-nos, nesse caso, à imperiosa necessidade de adequar as instituições para o cumprimento dos objetivos da cooperação, que requer ainda o estabelecimento de estratégias governamentais ágeis e eficazes, além de um marco institucional que ofereça as bases para avançar nesse processo de convergência. Isso supõe um sensível incremento no nível de protagonismo dos centros de pesquisa implicados, fortalecendo, em última instância, os princípios da autonomia universitária.

O Acordo Capes-DGU é bastante mais recente (2001) do que outras experiências brasileiras de cooperação internacional, como é precisamente o caso do Acordo Capes-Cofecub, surgido em 1978. Para nossas pretensões, a aprovação do aludido projeto representava uma oportunidade única para ampliar nossa perspectiva analítica e, simultaneamente, fortalecer a inserção internacional de um programa de pós-graduação ainda em fase de consolidação. É sabido que esse é um dos quesitos destacados no sistema de avaliação trienal da Capes, cuja relevância é indiscutível, se temos em mente os graves problemas que acometem muitos programas de pós-graduação, que se enfrentam aos conhecidos vícios e práticas de natureza endogênica.

Mais além do valor intrínseco dos conhecimentos trazidos pelo profícuo diálogo com os colegas espanhóis sobre o tema em apreço, essa iniciativa permitiu com que se criassem certas condições para fortalecer e diversificar a produção científica de ambos os grupos implicados, bem como para fomentar a constituição de novas redes de cooperação multilateral com outros países da Europa e de outros continentes. O estreitamento das relações é favorecido pelo reduzido distanciamento sociocultural entre ambos os países (Brasil e Espanha), bem como pelas facilidades trazidas pelo idioma espanhol, particularmente para pesquisadores provenientes de instituições situadas em zonas de fronteira do espaço Mercosul, como é precisamente o nosso caso.

Há, decerto, outro aspecto que deve ser ressaltado no tocante ao resgate sobre a trajetória do nosso projeto de cooperação com a Universidade de Sevilha. Referimo-nos, objetivamente, ao contexto em que se desenvolve essa iniciativa. A situação do Brasil no cenário mundial dista sensivelmente da que existia até pelo menos 10 anos atrás. Nosso País é visto hoje como uma potência emergente e como um ator sociopolítico, cujo protagonismo cresce no cenário internacional, não somente do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, enquanto núcleo gerador de conhecimento científico e tecnológico. A ampliação de nosso sistema de pesquisa e pós-graduação reflete esse cenário, do qual hoje muitos pós-graduandos<sup>7</sup> beneficiam-se em meio ao universo de possibilidades que se abrem para o exercício pleno de uma experiência internacional, tanto no caso da modalidade de doutoramento quanto de doutorado sanduíche.

Pelo outro lado, também é certo que a aludida situação atual do Brasil coincide com a crise econômica mundial, que afetou severamente os países da União Europeia, particularmente a Espanha. Esse fato supôs recortes orçamentários e ajustes sobre diversos setores, sobretudo no âmbito das universidades, segundo pudemos constatar no intenso contato com os parceiros espanhóis, que, por diversas vezes, foram obrigados a reprogramar suas missões de trabalho e de estudo no Brasil. Para os colegas da Universidade de Sevilha, a implantação do Plano de Bolonha produziu efeitos sobre a dinâmica das atividades acadêmicas, particularmente devido às mudanças curriculares incidentes sobre as carreiras universitárias, além de um aumento na carga horária, que viram reduzida sua disponibilidade para o exercício da pesquisa e da produção do conhecimento.

Outro aspecto que merece ser destacado é que não obstante o incremento nas relações bilaterais com o Brasil constatado na última década, não cabe dúvida de que a Espanha e o conjunto dos países integrantes da União Europeia seguem demasiadamente aferrados a um sentimento eurocentrista, que prioriza os intercâmbios entre as nações do velho continente. Esse aspecto tem a ver com o forte interesse de construção da Europa, que não raras vezes se enfrenta a sérias dificuldades e resistências dentro de cada país por parte de distintos grupos sociais. Fomentar o intercâmbio dentro do espaço europeu significa, ao fim e ao cabo, minimizar o peso político dos detratores

desse grande projeto sociopolítico. Programas de mobilidade acadêmica e de intercâmbio assumem um papel destacado para alcançar esses objetivos.

No extremo oposto, as iniciativas bilaterais da Europa com países ibero-americanos não raras vezes seguem um padrão marcado por um viés assistencialista e por uma posição subordinada dos segundos em relação aos primeiros na definição das metas, dos objetivos e dos processos que acompanham o itinerário da cooperação. Isso aparece claramente evidenciado nas ações que envolvem, em boa medida, certos países andinos, que sabidamente possuem indicadores precários de desenvolvimento econômico e social. Não cabe dúvida de que se trata de um desafio a ser superado, especialmente em casos como o do Brasil, que no plano mundial ostenta uma condição sobradamente mais consolidada com respeito aos sistemas de pesquisa e pós-graduação, inovação e desenvolvimento, que, por vezes, ainda não foi plenamente assimilada por nossos parceiros internacionais. As iniciativas de cooperação, portanto, servem para desfazer esse tipo de mito.

### **Considerações finais**

As bases da cooperação internacional entre programas de pós-graduação e centros de pesquisa hão que se basear, inexoravelmente, na complementariedade de capacidades com vistas à realização de atividades conjuntas e de metas que devem ser acordadas entre os protagonistas desse processo.

O propósito deste artigo foi justamente incidir nesse debate, a partir de uma experiência concreta de cooperação e intercâmbio, levada a cabo sob a égide do Acordo Capes-DGU, entre o Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e o Departamento de Antropologia Social da Universidade de Sevilha. Guardadas as especificidades relativas à natureza desse projeto, há por certo alguns elementos que nos parecem recorrentes aos vivenciados por outros pesquisadores brasileiros em meio ao desenvolvimento de iniciativas similares firmadas com a Espanha ou outros países do mundo.

Depois de dois anos de intenso contato e profícuo diálogo, o balanço final é francamente positivo, mas também é certo que a cooperação internacional consiste em um processo extremamente complexo e desafiador. Nossa intenção aqui não é, logicamente, a de empreender uma abordagem exaustiva sobre esse tema, mas de suscitar a reflexão em torno da existência de certos aspectos que, na nossa aceção, quando não levados em conta, podem comprometer os resultados dos projetos desse gênero. Nesse sentido, ressaltamos quatro elementos que entendemos cruciais para que se possa tirar o máximo proveito da cooperação internacional binacional, nos termos propostos pelas agências de fomento e executados pelas instituições envolvidas nesse compromisso de interlocução.

Em primeiro lugar, trata-se de reconhecer a importância de estabelecermos um horizonte estratégico entre os protagonistas do esforço de cooperação. Concretamente, isso implica a definição de metas factíveis para o intervalo de tempo considerado, a partir de um cronograma de ações, metas e geração de produtos, que deve ser preliminarmente concertado entre as duas coordenações.

Em segundo lugar, é importante verificar em que medida as supostas assimetrias institucionais podem ou não interferir na dinâmica das atividades previstas de cooperação. Referimo-nos, por exemplo, às diferenças existentes entre os esquemas de inovação e produção do conhecimento. O Brasil avançou muito nos últimos anos nesse âmbito, sobretudo a partir da consolidação de um sistema de pós-graduação cuja ampliação recente tem sido acompanhada de um aperfeiçoamento sensível dos instrumentos de avaliação e controle. Paradoxalmente, países como a Espanha apresentam enorme heterogeneidade entre as comunidades autônomas, como consequência, entre outros fatores, da fragilidade e inconsistência dos instrumentos de acompanhamento dos programas de pós-graduação. Pelo outro lado, há por certo assimetrias com respeito às infraestruturas, sendo que nesse caso muitas instituições brasileiras de pesquisa, se comparadas a outros países, reiteradamente enfrentam sérias dificuldades, que, não raras vezes, prejudicam o bom andamento dos projetos, particularmente no terreno das áreas tecnológicas (laboratórios, reagentes, instalações). Identificar previamente essas assimetrias é, portanto, uma forma de contornar limites e obstáculos.

O terceiro aspecto que entendemos como relevante tem a ver com a necessidade de realizar, com relativa frequência, seminários de avaliação entre ambas as coordenações e, preferencialmente, com o conjunto de membros de ambas as equipes. A experiência demonstra que esse tipo de atitude favorece o bom andamento dos trabalhos, na medida em que permite correções de rumo que muitas vezes são necessárias diante de problemas e circunstâncias imprevistas. Há que aproveitar as facilidades trazidas pela revolução no mundo das comunicações (possibilidade de teleconferências e outros recursos telemáticos), que asseguram um contato direto e imediato entre os pesquisadores, especialmente das coordenações do projeto.

O quarto e último aspecto tem a ver com o entendimento de que um projeto de cooperação internacional há que ser visto muito mais como um ponto de partida do que um ponto de chegada na trajetória de interlocução dos atores sociais. No caso brasileiro, trata-se da primeira experiência de projeto dessa natureza, oriundo de um jovem programa de pós-graduação, cuja execução representou um grande desafio e uma oportunidade singular para amplificar a perspectiva da cooperação internacional para além da relação científico-acadêmica entre esses dois países. Objetivamente destacamos o surgimento de novas possibilidades que se abriram a partir do diálogo com outras instituições europeias e latino-americanas, com o fito de implantar iniciativas de caráter multilateral via formação de redes temáticas, a exemplo do Programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED).

É mister sublinhar o papel que a Capes atualmente desempenha ao disponibilizar os meios necessários para o desenvolvimento de projetos de cooperação internacional amparados por um amplo leque de acordos bilaterais e multinacionais. Hoje, mais do que nunca, há que se aproveitar todo o potencial das alianças para qualificar nossas instituições e ampliar as fontes de legitimidade frente ao papel capital que devemos cumprir na formação de recursos humanos qualificados e na produção de conhecimentos que atendam às legítimas demandas de nossa sociedade.

Recebido em 12/08/2010  
Aprovado em 22/09/2010



## Notas

<sup>3</sup> A OCDE integra atualmente 30 países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Eslováquia, Suécia, Suíça e Turquia.

<sup>5</sup> O Brasil conta hoje com tão somente sete indicações de procedência nacional (vinhos do Vale dos Vinhedos, café do Cerrado Mineiro, cachaça de Paraty, carnes do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, vinhos do Vale do Submédio do Rio São Francisco, couros do Vale do Rio dos Sinos e vinhos de Pinto Bandeira), registradas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

<sup>6</sup> Para os interessados na matéria, sugerimos alguns trabalhos: Aguilar Criado e Lozano (2008); Tonietto (2005); Sacco dos Anjos e Calda (2010); Sacco dos Anjos, Calda e Froehlich (2009).

<sup>7</sup> Para os doutorandos brasileiros, a interlocução com os colegas espanhóis trouxe consigo o conhecimento e a incorporação de novos referenciais analíticos e de instrumentos de pesquisa, sobretudo porque isso ocorreu em meio às diversas incursões a campo, no contato com os agentes de desenvolvimento rural, agricultores e demais atores sociais.

## Referências Bibliográficas

AGUILAR CRIADO, E.; LOZANO, C. El territorio y las producciones de calidad como factor de desarrollo sostenible en el medio rural, en Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos, Agricultura Familiar en España 2008. Madrid: Fundación de Estudios Rurales, 2008.

CAPES. Programa CAPES/DGU, Edital DRI/CGCI n° 018/2009. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital\\_Capes\\_DGU2009.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital_Capes_DGU2009.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2010.

ESPAÑA. Datos y Cifras del Sistema Universitario Español. Curso 2009/2010. Disponível em: <<http://www.educacion.es/dctm/>>

ministerio/educacion/universidades/estadisticas-informes/datos-cifras/2009-datos-y-cifras-09-10.pdf?documentId=0901e72b8009f6bb>. Acesso em: 01 ago. 2010.

MATEOS, J. J. El papel del Estado y las Comunidades Autónomas en la reforma universitaria del Espacio Europeo de Educación Superior. *La Cuestión Universitaria*, 5, 2009, p. 201-205.

NUNES, B. F. O sistema de C T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub. *R.B.P.G.*, v. 3, n. 6, 2006, p. 234-253.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V. Indicaciones geográficas, desarrollo e identidad territorial. *Anuario de la Unión de los Pequeños Agricultores de España*, 2010, p. 207-214.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; FROEHLICH, J. M. As indicações geográficas como instrumento do desenvolvimento territorial. *Agropecuária Catarinense*, v. 22, 2009, p. 16-19.

SEBASTIÁN, J. Oportunidades e iniciativas para la cooperación iberoamericana en educación superior. *Revista Iberoamericana de Educación*, no 28, 2002.

TONIETTO, J. Experiências de desenvolvimento de indicações geográficas: vinhos da indicação de procedência Vale dos Vinhedos. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (orgs). Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: Sebrae, 2005.